

## SUMÁRIO – 6.1 PROGRAMA DE INTERAÇÃO E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

---

6.	PLANO DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL .....	6.1-1
6.1.	PROGRAMA DE INTERAÇÃO E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL .....	6.1-1
6.1.1.	ANTECEDENTES .....	6.1-1
6.1.2.	EVOLUÇÃO DAS ATIVIDADES, SEUS RESULTADOS E AVALIAÇÃO.... .....	6.1-3
6.1.2.1.	CRONOGRAMA GRÁFICO .....	6.1-18
6.1.3.	ENCAMINHAMENTOS PROPOSTOS.....	6.1-20
6.1.4.	EQUIPE RESPONSÁVEL PELA IMPLEMENTAÇÃO NO PERÍODO .....	6.1-21
6.1.5.	ANEXOS .....	6.1-21

## 6. PLANO DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

### 6.1. PROGRAMA DE INTERAÇÃO E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

#### 6.1.1. ANTECEDENTES

A revisão das estratégias de implantação do Plano de Articulação Institucional (PAI), foi motivada originalmente pelo Parecer Técnico nº 4933/2013 do Ibama onde consta a avaliação do 3º RC. A partir deste Parecer, foi emitido o ofício 02001.009795/2013-60 GABIN/PRESI/Ibama, onde, no item 2.d o Ibama solicitou à Norte Energia que apresentasse revisão do Plano de Articulação Institucional com vistas a verificar se os objetivos e metas traçadas permaneciam válidos, assim como identificar as ações necessárias para alcançá-las.

Desta forma, a Norte Energia apresentou plano de trabalho, materializado na Nota Técnica NE-DS-SSE-0072-0, cujo conteúdo foi tratado em reunião com o Ibama em 15/08/2013, partindo da perspectiva de se promover resultados de implantação mais efetivos, que permitissem uma ampla disseminação dos benefícios da construção da UHE Belo Monte nos municípios da AID.

A proposta contida na Nota Técnica NE-DS-SSE-0072-0 foi apreciada pelo Ibama que se posicionou favoravelmente com a emissão do ofício 02001 002011/2014-53-DILIC-Ibama, em 06/03/2014.

As atividades desenvolvidas pelo Plano revestiram-se de um caráter mais assertivo e pragmático, alinhadas a uma didática pontual que visa o aprimoramento e fortalecimento das municipalidades da AID. Com a readequação, o PAI passou de uma abordagem conceitual para uma abordagem mais executiva e realizável.

No 5º RCS foi apresentada a atualização da *Matriz Estratégica de Engajamento Social*, que tem por objetivo gerar subsídios informativos para os elementos estruturantes do PAI. No segundo semestre de 2013, foram realizadas visitas nos cinco municípios com o intuito de levantar e atualizar informações junto aos executivos e legislativos municipais. Frisa-se que grande parte desta *Matriz* também está refletida na *Matriz de Partes Interessadas*, do Programa de Interação Social e Comunicação (7.2).

A partir da reestruturação do Plano de Articulação Institucional, as *Oficinas de Planejamento e Gestão* passaram a ser uma das ferramentas estratégicas de atuação. Temas como o licenciamento e fiscalização ambiental, assim como na habitação de interesse social foram tratados durante estas atividades, que resultaram na incorporação de novas rotinas no âmbito das secretarias municipais de Meio Ambiente e Trabalho e Promoção Social.

Ocorreram Oficinas de Licenciamento Ambiental em Anapu, Brasil Novo, Senador José Porfírio e Vitória do Xingu. A abordagem do licenciamento se deu com a discussão interativa de conceitos, aspectos normativos e passo a passo do processo de licenciamento e autorizações ambientais. Além disso, foram sugeridos modelos de formulários, memorandos, ofícios, estrutura de pareceres e *checklist* de documentação específica para o licenciamento.

Sobre a fiscalização ambiental tratou-se da competência municipal, das ações de controle e vigilância para impedir atividades lesivas ao meio ambiente, da fiscalização destinada à verificação do cumprimento das condicionantes estabelecidas nas licenças ambientais e das sanções administrativas.

A oficina relacionada a projetos de habitação de interesse social, em interface com o Programa de Apoio à Gestão dos Serviços Públicos (6.3), ocorreu em Altamira, com foco no apoio técnico ao município junto a projeto do Programa Minha Casa Minha Vida a ser construído no bairro Nova Altamira. A consultoria jurídica do PAI apoiou a Procuradoria do Município de Altamira na elaboração de relatório do processo judicial que versava sobre o terreno a ser desapropriado para construção das moradias do PMCMV. Este relatório auxiliou o órgão jurídico a se posicionar sobre a possibilidade de desapropriação da área.

No decorrer das *Oficinas de Planejamento e Gestão*, o PAI atuou junto aos técnicos e gestores municipais no sentido de sensibilizá-los quanto à necessidade de aprimoramento da capacidade dos servidores para o desenvolvimento de processos de licenciamento de construções, reformas e ampliações de obras. Como resultado, novos procedimentos foram implementados nos processos de concessão das autorizações e licenças.

Nas oficinas, identificou-se, também, a necessidade de aprimoramento em legislação orçamentária; na elaboração de projetos e propostas na área de saneamento, resíduos sólidos, assistência social e educação; na utilização do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, do Governo Federal; na licitação e na prestação de contas. Estas capacitações preparam as municipalidades para prospecção de novos recursos e execução das políticas públicas e gestão sustentável de novos equipamentos que têm sido ofertados à municipalidade, em decorrência da implantação da UHE Belo Monte.

No segundo semestre de 2013, o PAI auxiliou as prefeituras a pleitear equipamentos de melhorias sanitárias domiciliares e de operacionalização de aterro sanitário em projetos da FUNASA, via SICONV, como ações potencializadoras das estruturas disponibilizadas pela Norte Energia em Altamira, Belo Monte e Belo Monte do Pontal, na execução do produto *Formalização de Parcerias e Convênios Solicitados pelos demais Programas*.

Estas ações ocorreram em Anapu, Senador José Porfírio e Vitória do Xingu, por meio de cadastramentos realizados nas Oficinas de Planejamento e Gestão. O PAI assessorou tecnicamente os servidores públicos municipais na realização de cadastros de propostas de aquisição e construção de utensílios sanitários e ligações

intradomiciliares dos banheiros ao sistema de esgotamento sanitário construído pela Norte Energia, em interface com o Projeto de Saneamento em Belo Monte e Belo Monte do Pontal (5.3.19).

O PAI também auxiliou os cinco municípios a cadastrarem propostas no Programa Resíduos Sólidos Urbanos, da FUNASA. Numa ação interativa com os técnicos municipais, foram cadastradas propostas para aquisição de caminhão, máquina escavadeira, tratores, retroescavadeira, containers e outros maquinários para operacionalização de aterros sanitários, em interface com o Projeto de Saneamento de Altamira (5.1.9) e o Projeto de Saneamento de Vitória do Xingu (5.2.19).

Na execução do produto *Formalização de Parcerias e Convênios Solicitados pelos demais Programas* o PAI assessorou, ainda, no cadastramento de proposta referente à construção de Centro de Referência de Assistência Social – CRAS em Anapu, em interface com o Projeto de Atendimento Social e Psicológico da População Atingida (4.6.2), que resultou na formalização do convênio nº 793563/2013. As atividades realizadas no escopo deste produto têm interface com o Programa de Apoio à Gestão dos Serviços Públicos (6.3).

A execução do produto *Formalização de Parcerias e Convênios para Elaboração de Legislação Urbanística e Edilícia* no segundo semestre de 2013 deu continuidade às ações de apoio ao ordenamento territorial. Foram realizadas 15 visitas às cinco prefeituras e câmaras municipais para levantar a atual situação das legislações municipais e ter acesso aos documentos legislativos impressos e digitais. De posse de tais informações, o PAI prestou apoio técnico para elaboração de minutas das leis complementares dos planos diretores dos municípios de Anapu e Vitória do Xingu.

As diretrizes para elaboração do *Plano de Desenvolvimento Microrregional Sustentável* foram apresentadas e aprovadas pelos representantes dos municípios na 9ª reunião do Gabinete de Apoio à Gestão dos Serviços Públicos, realizada em outubro de 2013.

Para implantação deste Plano, os representantes dos cinco municípios deliberaram pela criação de uma *Entidade Microrregional de Desenvolvimento Sustentável*, que tomou natureza de Fórum, após ser discutida nas 10ª e 11ª Reuniões do Gabinete de Apoio à Gestão dos Serviços Públicos.

Para identificar o nível de melhoramento das *Rotinas Administrativas* e a qualificação alcançada no serviço público nas áreas de habitação, saneamento, mobilidade urbana, legislação orçamentária, educação e assistência social, foram realizadas avaliações com os técnicos, gestores e secretários municipais.

## **6.1.2. EVOLUÇÃO DAS ATIVIDADES, SEUS RESULTADOS E AVALIAÇÃO**

Conforme já mencionado acima, por meio da Nota Técnica NE-DS-SSE-0072-0, o Plano de Articulação Institucional-PAI passou a ser desempenhado sob uma perspectiva que permite a execução de ações focais que vão ao encontro dos

programas, projetos e obras em que a Norte Energia atua e que são as mais necessárias para as municipalidades face toda a infraestrutura disponibilizada decorrente da implantação do PBA. Todas as atividades do Plano são interligadas entre si e, por conseguinte, úteis à atividade finalística do empreendimento.

A *Matriz Estratégica de Engajamento Social* contém informações dos executivos e legislativos municipais e principais instituições e lideranças dos cinco municípios da AID. Estes dados contribuem com a organização, eficiência e economia de tempo na identificação de áreas e atores estratégicos nos municípios. As informações desta Matriz geraram subsídios para a alimentação do Bando de Dados de cada uma das cinco municipalidades, em interface com o Programa de Fortalecimento da Administração Pública (6.2). Este Banco de Dados proporciona aos municípios informações organizadas e indicadores para subsidiar o setor de planejamento na tomada de decisões estratégicas em áreas prioritárias da administração municipal com ênfase nos setores que estão sendo preparados para receber equipamentos, estruturas e serviços implantados pela Norte Energia, em razão do PBA da UHE Belo Monte.

As *Oficinas de Planejamento e Gestão*, realizadas no primeiro semestre de 2014, focaram os temas licenciamento e fiscalização ambiental, saneamento, ordenamento territorial, projetos de habitação de interesse social, assistência social, planejamento orçamentário e formalização de convênios, temas estes estritamente ligados às obras e projetos que estão sendo implantados nos municípios em razão do empreendimento.

Deu-se continuidade às oficinas de licenciamento ambiental, com foco na habilitação municipal para efetuar licenciamentos ambientais em atividades de impacto local, nos municípios de Senador José Porfírio e Brasil Novo, habilitação esta já obtida por Anapu e Vitória do Xingu no período anterior e exercida por Altamira desde a administração municipal passada. Abordou-se os requisitos e passo a passo para se obter da Secretaria Estadual de Meio Ambiente a habilitação para exercer as atividades de licenciamento ambiental local, as responsabilidades dos agentes públicos nos processos de licenciamento ambiental, apresentou-se termos de referência com as tipologias de atividades locais e procedimentos para a regularização de atividades.

As Oficinas realizadas em Senador José Porfírio resultaram na habilitação da municipalidade para as atividades de impacto local. O município era o único da AID desabilitado para o licenciamento ambiental local. No entanto, após as Oficinas de Planejamento e realização de reuniões, que abordaram temas específicos relacionados à descentralização ambiental, recentemente, em março de 2014, a municipalidade recebeu da Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Pará o Certificado de Habilitação, o que, certamente, irá contribuir para a melhor gestão dos recursos naturais na região. (**Anexo 6.1 - 1**).



**Figura – 6.1 - 1 – Oficina de Planej. e Gestão de Brasil Novo**



**Figura – 6.1 - 2 – Oficina de Planej. e Gestão de Senador José Porfírio**

Neste semestre, o PAI realizou Oficinas de Saneamento nos cinco municípios para tratar de políticas de saneamento e resíduos sólidos (Leis Federais 11.445/20017 e 12.305/2010), prazos para adequação às normas de extinção dos lixões, gestão e operacionalização de aterros sanitários (estrutura de pessoal e maquinário) e importância do Plano Municipal de Saneamento e Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.

Estas Oficinas resultaram na formação de equipes de trabalho que se propuseram a construir estes Planos nos cinco municípios, com o apoio do PAI. Ainda no período deste 6º RC, o Plano Municipal de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos de Anapu foi aprovado no dia 30 de maio de 2014, pela Câmara Municipal de Vereadores, constituindo-se a Lei Municipal nº 223/2014.

Em Anapu, foram realizadas seis reuniões com servidores municipais, para discussão e elaboração de um Plano Municipal de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos (PMGIRS). Na primeira reunião, realizada em 23 de março deste ano, verificou-se a situação dos resíduos sólidos e saneamento básico no município. Nesta mesma reunião definiu-se um grupo de trabalho composto por servidores municipais e técnicos da empresa executora do PAI.

No segundo encontro, foram apresentadas as diretrizes do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e as etapas de elaboração do documento. Estas etapas, definidas juntamente com os técnicos municipais da equipe de trabalho, incluíram a definição e distribuição de tarefas: envolvimento da sociedade civil para assegurar o processo participativo; diagnóstico dos aspectos socioeconômicos, culturais, ambientais e da estrutura política administrativa do município.

Em uma terceira reunião, foi apresentada a minuta de decreto para a criação do Comitê Gestor responsável pela elaboração do PMGIRS. Embora o Comitê Gestor tenha sido formalizado, o grupo de trabalho desempenhou todas as atividades afetas à elaboração do PMGIRS. Ainda neste encontro, após a apresentação do esboço da proposta de estudo do Plano, observou-se a necessidade de complementação de dados referentes ao diagnóstico do lixo produzido no município. Os integrantes do

Grupo de Trabalho foram orientados quanto à necessidade do envolvimento da comunidade para dar sustentação e legitimidade ao processo de construção e aprovação da proposta de PMGIRS em audiência pública.

Outros dois encontros, ocorridos em abril, apresentaram a fase em que se encontravam os trabalhos, destacando as pendências técnicas e a necessidade de complementação de dados a serem levantados no município, essenciais para o fechamento do Plano e apresentação à sociedade para apreciação.

Finalmente, em 30 de abril, o Plano de Articulação Institucional realizou o acompanhamento e apoiou o grupo de trabalho durante a audiência pública, realizada na Câmara Municipal, que debateu e aprovou o PMGIRS do município, incorporando ao texto, as sugestões feitas pelos munícipes. O documento seguiu então para a Câmara Municipal, e posteriormente foi sancionado pelo prefeito, transformando-se na Lei Municipal 223/2014 (**Anexo 6.1 - 2**).

O PAI também está investindo no apoio técnico à elaboração do Plano de Saneamento de Anapu. No dia 26/06/14, a equipe técnica do PAI reuniu-se com os técnicos municipais para apresentação do passo a passo e diretrizes legais para elaboração deste importante Plano, conforme as exigências da Lei Federal 11.445/2007 (Lei de Política Nacional de Saneamento Básico).

Todas estas ações desenvolvidas pelo PAI foram realizadas em interface com o Projeto de Saneamento das Localidades de Belo Monte e Belo Monte do Pontal (5.3.19), além de fortalecer o município como um todo.

Em Altamira, o PAI apoia tecnicamente a municipalidade na atualização da minuta do Plano Municipal de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, ao qual será acrescido o Estudo de Drenagem e Manejo de Águas Pluviais Urbanas. Foram realizadas duas reuniões para apresentação de diretrizes e objetivos da formulação deste Plano, bem como o passo a passo para sua concepção.

Também nos municípios de Brasil Novo, Senador José Porfírio e Vitória do Xingu o PAI apoia tecnicamente a elaboração do Plano Municipal de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos e Plano de Saneamento. As discussões, que estão em andamento, principalmente por meio de oficinas de saneamento, partiram de minuta elaborada nas capacitações de Gestão e Operacionalização de Aterro Sanitário, ocorridas no segundo semestre de 2013, no âmbito do Programa de Fortalecimento da Administração (6.2).

A metodologia adotada nas Oficinas de Saneamento, realizadas nestes municípios, pressupõe a realização de reuniões sobre a importância da elaboração destes Planos, os prazos e metas para o cumprimento das Políticas Nacionais de Saneamento e Resíduos Sólidos. Em continuidade, foram realizadas reuniões para consolidar os conhecimentos já adquiridos e discutir com mais detalhamento das atividades necessárias para a construção dos Planos, tais como, levantamento de informações para o diagnóstico dos municípios, estabelecimento de metas e diretrizes para conclusão do estudo. Os municípios definiram como metas de aprovação dos planos

municipais o prazo estabelecido na Lei Federal 12.305/2010 (Lei de Política Nacional de Resíduos Sólidos).

Em consonância com as áreas focais de atuação definidas na Nota Técnica NE-DS-SSE-0072-0, essas ações foram realizadas em interface com o Projeto de Saneamento de Altamira (5.1.9), Projeto de Saneamento de Vitória do Xingu (5.2.19), construção do Aterro Sanitário em Brasil Novo e Projeto de Recomposição da Infraestrutura de Saneamento (4.3.2).



**Figura – 6.1 - 3 – Oficina de Planej. e Gestão de Vitória do Xingu**



**Figura – 6.1 - 4 – Oficina de Planej. e Gestão de Altamira**



**Figura – 6.1 - 5 – Oficina de Planej. e Gestão de Brasil Novo**



**Figura – 6.1 - 6 – Oficina de Planej. e Gestão de Anapu**

As Oficinas de Legislação Urbana realizadas em Senador José Porfírio resultaram na atualização do Plano Diretor, entregue pela Norte Energia ao município em 2012. Em decorrência das Oficinas, foram elaboradas minutas de leis de aprovação do Plano Diretor, de Uso e Ocupação do Solo, de Parcelamento do Solo, do Código de Posturas e do Código de Obras.

Ainda com relação ao Plano Diretor de Senador José Porfírio, o PAI também assessora o município na preparação para o processo participativo de revisão do Plano Diretor. Foram elaboradas minutas de Decreto de instituição de Núcleo Gestor, Decreto de Convocação para Conferência Municipal, Edital de Convocação de

Delegados, Regimento Interno da Conferência e *checklist*, com passo a passo para o processo de revisão de Plano Diretor.

Com a finalização das atividades, as minutas serão encaminhadas para votação na Câmara Legislativa do Município.



**Figura – 6.1 - 7 – Oficina de Planej. e Gestão de Senador José Porfírio**



**Figura – 6.1 - 8 – Oficina de Planej. e Gestão de Senador José Porfírio**

Em continuidade às consultorias de planejamento orçamentário e fiscal realizadas no âmbito do Programa 6.2, em Anapu, Brasil Novo, Senador José Porfírio e Vitória do Xingu foram realizadas Oficinas de Planejamento Orçamentário, onde foram trabalhados os aspectos jurídicos e constitucionais do planejamento, Lei de Responsabilidade Fiscal, conteúdo, prazos, vedações, importância e roteiro passo a passo de elaboração do Plano Plurianual-PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias-LDO e Lei Orçamentária Anual-LOA, bem como a participação da sociedade na elaboração destes instrumentos. Foram debatidos, ainda, temas relacionados à licitação, como dispensa e inexigibilidade nos procedimentos licitatórios, importância do controle interno e transparência.

Estas oficinas objetivaram o fortalecimento dos municípios no que diz respeito à ampliação da capacidade arrecadadora para reduzir suas dependências das transferências governamentais. As oficinas também auxiliaram os municípios a criar estratégias de planejamento frente à sustentabilidade dos equipamentos públicos entregues pela Norte Energia.



**Figura – 6.1 - 9 – Oficina de Planej. e Gestão de Brasil Novo**



**Figura – 6.1 - 10 – Oficina de Planej. e Gestão de Vitória do Xingu**

As *Oficinas de Planejamento e Gestão* sobre convênios priorizaram aspectos referentes ao Cadastro Único de Convênios – CAUC (atualmente denominado Sistema Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias) e prestação de contas.

Em Brasil Novo, a oficina resultou na regularidade do município no CAUC, tornando-o adimplente.

Ressalta-se que a importância de trabalhar este tema em *Oficinas de Planejamento e Gestão* tem por finalidade contribuir para que os municípios se tornem aptos a captar recursos e firmar convênios para manter e ampliar equipamentos, estruturas e serviços disponibilizados pela Norte Energia em razão da implantação do empreendimento.

Em Anapu, o foco da oficina foi preparar os servidores para prestação de contas de convênios em virtude da recém formalização deste instrumento para construção do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, estrutura que irá fortalecer a rede socioassistencial da AID, em consonância com as premissas do Programa 4.6. Cabe destacar que este processo foi iniciado a partir do PAI ao cadastramento do município no SICONV conforme relatado anteriormente.



**Figura – 6.1 - 11 – Oficina de Planej. e Gestão de Brasil Novo**



**Figura – 6.1 - 12 – Oficina de Planej. e Gestão de Anapu**

O PAI deu continuidade no apoio ao Município de Altamira na finalização do Projeto Executivo do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV para construção de 240 moradias no Bairro Nova Altamira.

Além disso, o PAI auxiliou na elaboração do Projeto Social do PMCMV dos bairros Santa Benedita e Arapujá. Estes projetos totalizam 2.401 (duas mil, quatrocentas e uma) novas moradias para a população de Altamira.

O PAI se mantém atuante no PMCMV de Brasil Novo, auxiliando no levantamento socioeconômico dos beneficiários cadastrados no Programa. As informações oriundas deste levantamento subsidiarão a elaboração do Projeto Social do PMCMV.

Em Senador José Porfírio, o resultado da Oficina de Habitação de Interesse Social constitui o apoio técnico do PAI para finalização do Plano Municipal de Habitação que estava em elaboração pelos técnicos municipais.

O PAI está auxiliando Vitória do Xingu na confecção de documentos de justificativa junto ao agente financiador quanto ao caráter de excepcionalidade para a obtenção de PMCMV em função do município estar localizado na AID da UHE Belo Monte.

Ao abordar os temas de habitação, o PAI objetivou o fortalecimento das políticas habitacionais dos municípios, em interface com o Programa de Acompanhamento Social (4.6), Projeto de Reassentamento Urbano (4.4.3) e Projeto de Reassentamento de Altamira (5.1.7).

Estas atividades estão reportadas de forma detalhada no Programa de Apoio à Gestão dos Serviços Públicos (6.3).



**Figura – 6.1 - 13 – Oficina de Planej. e Gestão de Anapu**



**Figura – 6.1 - 14 – Oficina de Planej. e Gestão de Senador José Porfírio**



**Figura – 6.1 - 15 – Oficina de Planej. e Gestão de Vitória do Xingu**



**Figura – 6.1 - 16 – Oficina de Planej. e Gestão de Brasil Novo**

Até o momento, o Plano de Articulação Institucional realizou 32 *Oficinas de Planejamento e Gestão*. Já no primeiro semestre de 2014, foram realizadas 21 oficinas, conforme o **Quadro 6.1 – 1**.

**Quadro 6.1 - 1 – Oficinas de Planejamento realizadas nos cinco municípios**

Nº	TEMA	MUNICÍPIO	Nº PARTICIPANTES	RESULTADOS/ENCAMINHAMENTOS
1	Licenciamento Ambiental	Senador José Porfírio	06	Habilitação para gestão ambiental local
2	Licenciamento Ambiental	Brasil Novo	10	Implementação de novas Rotinas Administrativas na Secretaria de Meio Ambiente
3	Saneamento	Anapu	07	Aprovação do Plano Municipal de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos, Lei Municipal de Anapu nº 223/2014.
4	Saneamento	Altamira	06	Elaboração do Plano Municipal de Gerenciamento de Resíduos Sólidos acrescido do Estudo de Drenagem e Manejo de Águas Pluviais Urbanas
5	Saneamento	Brasil Novo	07	Elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico integrado com o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos
6	Saneamento	Vitória do Xingu	06	Elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico integrado com o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos
7	Saneamento	Senador José Porfírio	07	Elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico integrado com o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos
8	Legislação Urbana	Senador José Porfírio	19	Atualização do Plano Diretor
9	Legislação Urbana	Senador José Porfírio	16	Elaboração de minutas de leis de Uso e Ocupação do Solo, de Parcelamento do Solo, Código de Posturas e Código de Obras)
10	Convênios	Brasil Novo	11	Regularização no CAUC
11	Convênios	Anapu	02	Preparação para prestação de contas do

Nº	TEMA	MUNICÍPIO	Nº PARTICIPANTES	RESULTADOS/ENCAMINHAMENTOS
				convênio recém firmado de construção do CRAS
12	Legislação Orçamentária: PPA/LDO/LOA	Anapu	03	Orientou-se incorporar o processo participativo à revisão do Plano Plurianual- PPA, em observância ao art. 44 da Lei Federal 10.257/2001 Estatuto das Cidades e Lei Complementar 101/2000, art. 48.
13	Legislação Orçamentária: PPA/LDO/LOA	Senador José Porfírio	10	Orientou-se incorporar o processo participativo à revisão do Plano Plurianual - PPA, em observância ao art. 44 da Lei Federal 10.257/2001 Estatuto das Cidades.e Lei Complementar 101/2000, art. 48.
14	Legislação Orçamentária: PPA/LDO/LOA	Vitória do Xingu	07	Orientou-se incorporar o processo participativo à revisão do Plano Plurianual- PPA, em observância ao art. 44 da Lei Federal 10.257/2001 Estatuto das Cidades.e Lei Complementar 101/2000, art. 48.
15	Legislação Orçamentária: PPA/LDO/LOA	Brasil Novo	08	Orientou-se incorporar o processo participativo à revisão do Plano Plurianual- PPA, em observância ao art. 44 da Lei Federal 10.257/2001 Estatuto das Cidades.e Lei Complementar 101/2000, art. 48.
16	Projetos de habitação de interesse social	Altamira	01	Apoio técnico aos 3 (três) projetos de habitação do Programa Minha Casa Minha Vida: <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Santa Benedita: apoio elaboração projeto social;</li> <li>2. Arapujá: apoio elaboração projeto social;</li> <li>3. Bairro Nova Altamira: apoio na entrega do projeto executivo e apoio na elaboração do projeto social.</li> </ol>
17	Projetos de habitação de interesse social	Vitória do Xingu	13	Apoio técnico para elaboração de relatório do empreendimento exigido pela Caixa Econômica para fins do Programa Minha Casa Minha Vida.
18	Projetos de habitação de interesse social	Brasil Novo	04	Apoio técnico na elaboração do projeto social do Programa Minha Casa Minha Vida.
19	Projetos de habitação de interesse social	Senador José Porfírio	06	Apoio técnico na finalização do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social
20	Projetos de assistência social	Anapu	01	Orientações para o fortalecimento do Cadastro Único e Sistema Único de Assistência Social- SUAS
21	Projetos de habitação de interesse social	Anapu	02	Orientações para o mapeamento de potencialidades de projetos de moradia para o município.

Fonte: Norte Energia/2014.

Em relação ao produto *Formalização de Parcerias e Convênios Solicitados pelos demais Programas*, conforme detalhamento já descrito, o PAI assessorou os municípios na elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico e Gerenciamento de Resíduos Sólidos, em interface com os Projetos de Saneamento das Localidades de Belo Monte e Belo Monte do Pontal (5.3.19), Altamira (Projeto 5.1.9), Vitória do Xingu (Projeto 5.2.19), construção do Aterro Sanitário em Brasil Novo e o Sistema de Esgotamento Sanitário da Ilha da Fazenda, localidade de Senador José Porfírio. Esses planos são essenciais para o estabelecimento de parcerias e convênios.

Nos municípios de Altamira, Vitória do Xingu, Brasil Novo e Senador José Porfírio também foram realizadas reuniões para tratar do Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno dos Reservatórios - PACUERA (15), momento em que foram apresentados aos municípios os conceitos, detalhes e abrangência deste Plano. O objetivo do PAI é identificar as implicações deste Plano no ordenamento territorial das municipalidades e promover ações de auxílio técnico para possíveis adequações dos Planos Diretores e legislações de ordenamento urbano, após a aprovação deste Plano pelo Ibama.

A execução do produto *Formalização de Parcerias e Convênios para Elaboração de Legislação Urbanística e Edilícia*, por meio de ações de apoio ao ordenamento territorial, resultou na elaboração de 7 (sete) minutas de leis para os municípios de Brasil Novo e Senador José Porfírio.

Com base no levantamento de legislações básicas, realizado nos cinco municípios da AID, foi elaborado um quadro consolidado de leis, conforme o **Quadro 6.1 - 2**. Assim, o PAI está apoiando os municípios da AID na elaboração de minutas de leis Uso e Ocupação do Solo, Parcelamento do Solo, Código de Obras, Código de Posturas e Código Tributário com o objetivo de fortalecer e estruturar os seus ordenamentos jurídicos em função das obras, projetos e benfeitorias que, por força do PBA, agora deverão ser incorporados ao cotidiano dos municípios.

**Quadro 6.1 - 2 – Estágio Atual das Legislações Municipais**

ITEM	LEGISLAÇÕES	ALTAMIRA		ANAPU		BRASIL NOVO		SENADOR J. PORFÍRIO		VITÓRIA DO XINGU	
		Nº	Publicado	Nº	Publicado	Nº	Publicado	Nº	Publicado	Nº	Publicado
1	Lei Orçamentária	3.190/13	09/01/2014	214/2013	16/12/2013	185/2013	12/12/2013	193/2013	23/12/2013	217/2013	19/09/2013
2	Lei Orgânica Municipal	_	24/11/2005	_	15/12/2009	_	Dez/2013	_	1990	_	15/12/1993
3	Plano Diretor	2.178/11	07/04/2011	199/2013	28/03/2013	123/2013	02/10/2013	141/2006	27/10/2006 (em revisão)	224/2013	12.12.2013
4	Uso e Ocupação do Solo	1.517/2003	16/12/2003	200/2013	28/03/2013	182/2013	11/11/2013	Não possui	Não possui	Não possui	Não possui
5	Uso e Parcelamento do Solo	1.518/03	16/12/2003	201/2013	28/03/2013	181/2013	11/11/2013	Não possui	Não possui	183/2010	17/12/2010
6	Código de Postura	1.514/03	08/12/2003	173/2010	18/10/2010	006/1993	10/05/1993	Cópia manuscrita	Cópia manuscrita	180/2010	22/11/2010
7	Código de Obras e Edificação	1.394/97	27/06/1997	190/2011	12/12/2011	005/1993	10/05/1993	Não possui	Não possui	006/1993	29/03/1993
ITEM	PLANOS	ALTAMIRA		ANAPU		BRASIL NOVO		SENADOR J. PORFÍRIO		VITÓRIA DO XINGU	
		Situação atual		Situação atual		Situação atual		Situação atual		Situação atual	
1	Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB)	Em elaboração com apoio do PAI.		Em elaboração com apoio do PAI.							
2	Plano Municipal de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PMGRS)	Em elaboração com apoio do PAI.		Aprovado com apoio do PAI.		Em elaboração com apoio do PAI.		Em elaboração com apoio do PAI.		Em elaboração com apoio do PAI.	

Fonte: Prefeituras municipais. Elaboração Doc Ambiental/2014.

Conforme já mencionado no produto Oficinas de Planejamento e Gestão, em Senador José Porfírio, o PAI deu apoio na atualização do Plano Diretor. A partir desta atualização, foram elaboradas minutas de Lei de Aprovação do Plano Diretor, de Lei de Uso e Ocupação do Solo, de Lei de Parcelamento do Solo, de Código de Posturas e de Código de Obras, materializando a *Formalização de Parcerias e Convênios para Elaboração de Legislação Urbanística e Edilícia*.

Para tanto, foram realizadas duas *Oficinas de Planejamento e Gestão* e três reuniões com as equipes de trabalho. Na primeira oficina, foram abordados o Estatuto das Cidades e suas diretrizes, os conceitos e etapas do processo de revisão do Plano. Em um segundo momento, constatou-se que os temas transporte, uso e ocupação do solo, parcelamento do solo e turismo deveriam ser priorizados na atualização.

Na oficina seguinte, o Plano Diretor elaborado pela Norte Energia, foi apresentado e discutido, suscitando sugestões e propostas de atualização dos textos em função da dinâmica socioespacial ocorrida em seu território. Na ocasião, equipes de trabalho foram formadas para tratar de temas específicos.

Nas reuniões posteriores, foram apresentados os dados atualizados pela equipe de trabalho, acerca de saúde, educação, agricultura e abastecimento, cultura, esporte, lazer, meio ambiente, turismo, trabalho e promoção social, aspecto urbanístico e finanças. O PAI, atuando como agente facilitador, incorporou estas informações ao texto do Plano Diretor. Para a finalização dos trabalhos aguarda-se o georreferenciamento da área de expansão territorial do município, que está sendo executado pelos técnicos da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

Paralelamente a estas atividades, o PAI elaborou minutas de Decreto de instituição de Núcleo Gestor, Decreto de Convocação para Conferência Municipal, Edital de Convocação de Delegados, Regimento Interno da Conferência e *checklist*, com os procedimentos para atualização do Plano Diretor.

A *Formalização de Parcerias e Convênios para Elaboração de Legislação Urbanística e Edilícia*, por meio de ações de apoio ao ordenamento territorial, se estendeu ao Município de Brasil Novo. O PAI apoia a municipalidade na atualização dos Códigos Tributário, de Posturas e de Obras. A atualização destas leis foi resultado de duas reuniões com a procuradoria jurídica do Município, momentos em que foram identificados os aspectos e temas que mereciam revisão.

Com a atualização do Código Tributário, Brasil Novo terá condições para ampliar sua capacidade arrecadadora. Objetiva-se apoiar o Município no alcance da sustentabilidade da gestão dos equipamentos incorporados ao seu patrimônio, a partir das ações do PBA da UHE Belo Monte.

A atualização do Código de Posturas de Brasil Novo será importante para disciplinar a conduta e a utilização do espaço urbano pelos cidadãos, por meio da implementação de normas que se propõem a organizar as regras de convívio entre os cidadãos e o poder público.

O Código de Obras, após sua atualização, proporcionará a Brasil Novo uma importante ferramenta para o controle e fiscalização de obras, reformas e ampliações edilícias. Adicionalmente, esta ação auxilia o Município na construção de regras que possibilitam o conforto ambiental, acessibilidade de pessoas com mobilidade reduzida, proporcionando melhor qualidade de vida para a população.

No período deste relatório, o apoio ao ordenamento territorial no município de Altamira foi realizado com a apresentação de propostas de revisão da Lei Orgânica municipal quanto aos temas da Assistência Social e Política Habitacional, como mostram os **Anexos 6.1 - 3 e 6.1 - 4**.

Com estas ações, o PAI visa fortalecer as Políticas Municipais de Assistência Social e Habitação Social, em interface com o Programa 4.6 e o Projeto 4.4.3.

A *Entidade Microrregional de Desenvolvimento Sustentável (Fórum Microrregional de Desenvolvimento Sustentável – FMDS)*, foi criada em 12 de fevereiro de 2014 como instância de articulação exclusiva dos cinco municípios da AID. Seu objetivo é criar um espaço de discussão entre os representantes dos cinco municípios para promover debates sobre estratégias de desenvolvimento municipal, bem como de políticas públicas de interesse comum que subsidiarão o Plano de Desenvolvimento Microrregional Sustentável.

As sessões do FMDS ocorrem mensalmente em rodízio nos cinco municípios e contaram com a participação do PAI nas quatro assembleias realizadas no período.

Na ocasião da primeira assembleia, o regimento interno do FMDS foi apresentado, discutido e aprovado pelos representantes dos cinco municípios da AID. Também foram eleitos o Coordenador Geral e o Secretário Executivo para condução dos trabalhos da entidade (**Anexo 6.1 - 5**).

No dia 11/03/2014, ocorreu a segunda assembleia do FMDS, na qual as diretrizes do Plano de Desenvolvimento Microrregional Sustentável foram apresentadas aos membros do FMDS, sendo que, ao final, seus representantes observaram a necessidade de possíveis parcerias para viabilizar a elaboração do Plano (**Anexo 6.1- 6**).

A terceira assembleia do FMDS, ocorrida em 08/04/2014, foi marcada pela discussão do Plano de Desenvolvimento Microrregional Sustentável e sua importância no acesso a recursos para o desenvolvimento da região. De acordo com os representantes dos municípios, os temas prioritários serão: assistência social, habitação social, infraestrutura e turismo (**Anexo 6.1- 7**).

A quarta assembleia do FMDS ocorreu em 13/05/2014. As discussões pautaram-se na importância de se criar dinâmica de acesso frequente à relação de editais abertos dos programas do governo federal relacionados aos projetos de interesse comum dos municípios.

Na quarta assembleia, a partir de encaminhamentos feitos na Reunião do Gabinete, (Programa 6.3), o PAI apresentou linhas de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social - BNDES voltadas para fortalecimento das áreas administrativas e fiscalizatórias da administração e o aprimoramento de receitas e redução de custos, escopo do Programa de Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos – PMAT. Foi aprovado encaminhar solicitação formal junto ao Tribunal de Contas dos Municípios do Pará para a realização de curso de orientação e recomendação processual e controle interno. **(Anexo 6.1 – 8).**

O PAI elaborou as diretrizes do *Plano de Desenvolvimento Microrregional Sustentável*. A estrutura do Plano foi apresentada e discutida com os representantes municipais nas Assembleias do Fórum Microrregional de Desenvolvimento Sustentável.



**Figura – 6.1 - 17 – 1ª Assembleia do FMDS**



**Figura – 6.1 - 18 – 2ª Assembleia do FMDS**



**Figura – 6.1 - 19 – 3ª Assembleia do FMDS**



**Figura – 6.1 - 20 – 4ª Assembleia do FMDS**

Foram implementadas novas *Rotinas Administrativas* nas Secretarias de Meio Ambiente de Anapu, Brasil Novo e Senador José Porfírio, como resultado das Oficinas de Licenciamento Ambiental. Estas Oficinas foram detalhadas anteriormente neste documento.

Nos monitoramentos realizados após as oficinas de licenciamento ambiental, verificou-se que rotinas administrativas sugeridas foram implementadas pelas secretarias municipais de meio ambiente, como por exemplo, o uso de memorandos internos, comunicação com empreendedores através de ofícios numerados, cadernos de protocolo, autuação e numeração de páginas de autos de licenciamento e definição de fluxo processual.

Durante as oficinas de licenciamento, os servidores públicos municipais, juntamente com os técnicos do PAI, elaboraram um Guia Rápido de Licenciamento Ambiental. O Guia apresenta os principais procedimentos para emissão de licenças ambientais, discriminando a documentação da abertura com o detalhamento de suas etapas.

O objetivo deste guia é servir de fonte de consulta rápida no dia a dia das atividades desempenhadas nas Secretarias de Meio Ambiente. Proporcionará, ainda, aos servidores municipais a aplicação dos conhecimentos adquiridos nas oficinas de licenciamento ambiental, otimizando as *Rotinas Administrativas* nos municípios. (Anexo 6.1 – 9).

**Quadro 6.1 - 3 – Indicadores de monitoramento e avaliação do Programa**

INDICADOR	RESULTADOS OBTIDOS
<i>Oficinas de Planejamento e Gestão</i> realizadas	<b>21 oficinas</b>
Rotinas Administrativas	<b>06 rotinas</b>
Propostas de projetos voltados para captação de recursos e financiamentos no âmbito do FMDS	<b>01 proposta de financiamento</b>
Minutas de leis complementares apresentadas aos municípios	<b>07 minutas de leis</b>

**Quadro 6.1 - 4 – Relação de Produtos Encaminhados ao Ibama ou outros órgãos no Período do 6º RC**

TIPO DE PRODUTO	TÍTULO E CÓDIGO	ASSUNTO	DATA	DESTINATÁRIO	DOCUMENTO DE ENCAMINHAMENTO
Não foram emitidos documentos ao Ibama no período de vigência deste relatório					

#### 6.1.2.1. CRONOGRAMA GRÁFICO

O cronograma gráfico é apresentado na sequência.

# PACOTE DE TRABALHO: 6.1 Programa de Interação e Articulação Institucional

## Atividades | Produtos

Desvio do rio pelo vertedouro (sítio Pimental) ▼  
 Início enchimento Reserv. Xingu - Emissão prevista da LO da casa de força complementar ▼  
 Início geração comercial da 1ª UG CF Complementar ▼  
 Enchimento Reserv. Interm. - LO Casa de Principal (Belo Monte) ▼  
 Entrada operação última UG da CF Complementar ▼  
 Início geração comercial CF Principal ▼

Item	Descrição	2011				2012				2013				2014				2015				2016				
		T1	T2	T3	T4																					
<b>CRONOGRAMA DO PACOTE DE TRABALHO</b>																										
6	<b>PLANO DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL</b>																									
6.1	<b>Programa de Interação e Articulação Institucional</b>																									
1	Identificação das principais instituições e ações governamentais em desenvolvimento identificados																									
2	Realização de oficinas de planejamento e gestão de projetos																									
3	Formalização de parcerias e convênios solicitados pelos demais programas																									
4	<b>Formalização de parcerias e convênios para a elaboração de legislação urbanística e edilícia dos municípios, solicitadas pelo Programa de Fortalecimento da Administração Pública</b>																									
5	Elaboração de termo de Referência do Plano de Desenvolvimento Microrregional, se requerido pelo Programa de Fortalecimento da Administração Pública																									
5.1	Elaboração da Minuta (alterado)																									
5.2	Validação com os municípios (alterado)																									
6	Elaboração do termo de referência (alterado)																									
7	Apoio técnico aos municípios na proposição de projetos junto às instâncias de financiamento, sempre que solicitado nas oficinas de planejamento																									
8	Implantação de rotinas administrativas																									
9	Relatório de acompanhamento (RGME)																									
10	Relatórios de resultados (Desenvolver indicadores para ver como os programas estão andando.																									

Informação do PBA  
 Alteração proposta pela NORTE ENERGIA no documento NE-DS-SSE-0017-NTPAI enviada ao IBAMA em 4/4/2012  
 Realizado/Andamento  
 Previsto até o fim do produto

### 6.1.3. ENCAMINHAMENTOS PROPOSTOS

Para as próximas ações, serão priorizados os temas: assistência social, saneamento básico, infraestrutura, meio ambiente, finanças e planejamento municipal, por meio dos seguintes instrumentos:

- *Oficinas de Planejamento e Gestão, com foco:*
  - Gestão da Assistência Social, com fortalecimento da rede socioassistencial para o atendimento ao público alvo do PBA, em interface com o Programa de Acompanhamento Social (4.6), Projeto 4.4.3 e o Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural (4.1)
  - Planejamento da Administração Pública Municipal, com a realização de treinamento para a utilização do banco de dados, em interface com o Programa de Fortalecimento da Administração Pública (6.2);
  - Saneamento Básico, em continuidade às capacitações e orientações técnicas para a gestão dos aterros sanitários e sistemas de água e esgoto em Belo Monte e Belo Monte do Pontal, Altamira e Vitória do Xingu, em interface com o Programa de Fortalecimento da Administração Pública (6.2), Projeto de Saneamento de Altamira (5.1.9), Projeto de Saneamento de Vitória do Xingu (5.2.19), Projeto de Saneamento das Localidades de Belo Monte e Belo Monte do Pontal (5.3.19);
  - Planejamento e Finanças, para formatação de projetos e habilidades em pleitos de financiamentos nas áreas focais detalhadas na Nota Técnica NE-DS-SSE 072-0, em interface com o Programa de Apoio à Gestão dos Serviços Públicos (6.3).
  - Meio Ambiente, com ênfase no licenciamento e fiscalização ambiental, em continuidade às ações já realizadas em interface com o Projeto de Parques e Reurbanização da Orla (5.1.8), Projeto 5.1.9, Projeto 5.2.19 e Projeto 5.3.19.
- *Formalização de Parcerias e Convênios para Elaboração de Legislação Urbanística e Edilícia:* o PAI finalizará e entregará as minutas de Lei de Aprovação do Plano Diretor, de Lei de Uso e Ocupação do Solo, de Lei de Parcelamento do Solo, de Código de Posturas e Código de Obras ao município de Senador José Porfírio e minutas dos Códigos Tributário, de Posturas e de Obras ao município de Brasil Novo.
- *Fórum Microrregional de Desenvolvimento Sustentável - FMDS:* o PAI continuará participando de suas assembleias mensais, inclusive com propostas de eventos de integração nas áreas de assistência social, linhas de financiamento, prestação de contas e controle interno.

- *Rotinas Administrativas:* Aplicação do conteúdo dos Guias Rápidos de Licenciamento Ambiental e Saneamento Básico no cotidiano das atividades de competência das Secretarias de Meio Ambiente e Obras, em interface com o Projeto de Saneamento de Altamira (5.1.9), Projeto de Saneamento de Vitória do Xingu (5.2.19), Projeto de Saneamento das Localidades de Belo Monte e Belo Monte do Pontal (5.3.19).

#### 6.1.4. EQUIPE RESPONSÁVEL PELA IMPLEMENTAÇÃO NO PERÍODO

PROFISSIONAL	FORMAÇÃO	FUNÇÃO	REGISTRO ÓRGÃO DE CLASSE	CADASTRO TÉCNICO FEDERAL - CTF
Mário Augusto Cintra Ramos	História	Coordenador	-	1496125
Jeanette Santos Freitas	Jornalista	Técnico em Comunicação	RP-04930JP	6019148
Mário Augusto Guerzoni Figueiredo	Engenharia Ambiental	Técnico em Engenharia Ambiental	CREA-MG 96470D	6008515
Júlio Vitor Rodrigues de Castro	Bibliotecário	Técnico em Ciência da Informação	CRB6: 2565	6051592
Thiago Higinio Lopes da Silva	Direito	Técnico Jurídico	OAB/MG 139.316	5906529
Maria Alice Matos Gomes	Direito	Técnico Jurídico	-	5967689
Josenilda Fima de Araújo	Serviço Social e licenciatura em Geografia	Técnico em Assistência social	CRESS/PA 6649	6075548
Paulo Mogno Oliveira Moura Silva	Arquiteto Urbanístico	Técnico em arquitetura e urbanismo	CAU – A72399-1	6055943

#### 6.1.5. ANEXOS

**Anexo 6.1- 1 – Anexo 6.1-1 – Cópia da Habilitação para Gestão Ambiental de Senador José Porfírio.**

**Anexo 6.1- 2 – Anexo 6.1- 2 – Cópia da Lei Municipal de Anapu**

**Anexo 6.1- 3 – Proposta de emenda à Lei Orgânica de Altamira – Assistência Social.**

**Anexo 6.1 – 4 – Proposta de emenda à Lei Orgânica de Altamira – Política Habitacional.**

**Anexo 6.1 – 5 – Ata da Primeira Assembleia do FMDS.**

**Anexo 6.1 – 6 – Ata da Segunda Assembleia do FMDS.**

**Anexo 6.1 – 7 – Ata da Terceira Assembleia do FMDS.**

**Anexo 6.1 – 8 – Ata da Quarta Assembleia do FMDS.**

**Anexo 6.1 – 9 - Guia Rápido de Licenciamento Ambiental.**